

A praça é do povo: ampliação da arena política, movimentos sociais e luta pela redemocratização

O início do processo de transição para o regime democrático se dá com a ascensão do general Ernesto Geisel à presidência da República, em 1974, quando, diante dos sinais de esgotamento do “milagre econômico” e da ditadura militar, o governo decide pôr em marcha o projeto de abertura “lenta, gradual e segura”. O objetivo do governo Geisel era realizar uma “transição controlada”, com um processo paulatino de liberalização do regime que suprimisse os instrumentos de exceção, encaminhasse o país a uma progressiva institucionalização e garantisse a volta dos militares aos quartéis sem risco de revanchismos e outras punições. O que se observou, entretanto, como salienta Habert, foi um incessante vai e vem entre a utilização dos mecanismos de repressão e a introdução de outros menos ostensivos, como a substituição do ato institucional n. 5 (AI-5), em janeiro de 1979, “por um conjunto de medidas denominadas *salvaguardas constitucionais*” (2003, pp. 50-51), tornando-se Geisel – o “ditador da abertura”, nos termos felizes do *Jornal do Brasil* – o presidente militar que mais cassou políticos de oposição. De qualquer modo, medidas liberalizantes foram adotadas, como o “fim da censura prévia no rádio e na televisão” e o restabelecimento da garantia “do *habeas corpus* para crimes políticos” (Carvalho, 2003, p. 175).

7

Concebida durante os anos de euforia do “milagre econômico”, a Rodovia Transamazônica ficou conhecida como uma das “obras faraônicas” do regime militar. Seu projeto inicial previa a construção de 8 mil quilômetros de rodovia interligando as regiões Norte e Nordeste com o restante do país. Inaugurada oficialmente em agosto de 1972, a obra consumiu milhões de dólares mas não chegou a ser concluída, resultando num enorme prejuízo para os cofres públicos e deixando um rastro de milhares de quilômetros sem qualquer pavimentação em plena floresta

Acervo Arquivo Nacional/



Havia, entretanto, nos meios militares resistências sérias ao projeto de distensão “lenta gradual e segura” proposto pelo grupo “castelista” (como eram identificados os militares que arquitetaram a distensão, com destaque para a dupla de generais Geisel e Golbery), notadamente dos setores ligados à *comunidade de informações* e identificados com a chamada “linha-dura” do regime, para quem o poder militar “deveria se manter inalterado em nome da segurança nacional” e do combate à subversão e ao comunismo (Habert, 2003, p. 49). Esses setores procuravam desestabilizar o processo de transição controlada por meio de atos terroristas marcados por explosões de bombas em entidades importantes como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), em bancas de jornais e até em igrejas, “além de ameaçar e seqüestrar” lideranças importantes da sociedade civil organizada (Napolitano, 1998, p. 83)

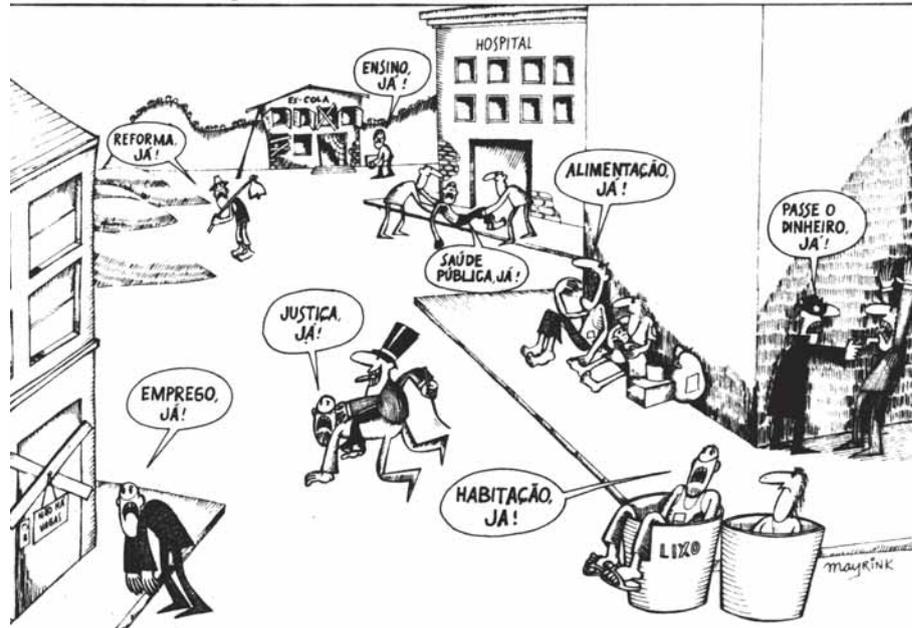
Alguns momentos particularmente significativos e tensos desses embates internos à corporação militar podem ser observados durante os episódios de assassinato, sob tortura, do jornalista Vladimir Herzog (outubro de 1975) e do metalúrgico Manuel Fiel Filho (janeiro de 1976) nas dependências do DOI-CODI de São Paulo (Habert, 2003, p. 49). Os episódios provocaram protestos e grande indignação na opinião pública nacional, resultando na substituição do comandante do II Exército, general Ednardo D’Ávila Melo, identificado com a linha-dura do regime, que justificara ambas as mortes com a versão escandalosa de suicídio. Tais disputas se manifestaram também na demissão do ministro do Exército Silvio Frota, que se apresentou como candidato dos “duros” à sucessão presidencial de Geisel e questionou abertamente a autoridade do presidente e em grande medida a própria continuidade do processo de abertura política do país.

Na lógica “castelista” de uma *transição controlada* para o regime democrático não estava previsto que as ruas e praças do país viessem a ser ocupadas por diversos movimentos de protesto e de contestação às políticas da ditadura militar, forçando o governo, e também a oposição liberal, a aceitar uma ampliação da agenda política relacionada com os rumos da redemocratização do país. Com efeito, o que se observa desde os anos de 1970 é um processo de fortalecimento da chamada sociedade civil, que, afastada do espaço da “grande política”, procurava, como aponta Napolitano, agir coletivamente e politizar um conjunto de questões relacionadas ao cotidiano da vida nas grandes cidades, ocupando praças, igrejas, bares, escolas, e transformando-os, em espaços públicos de “reorganização política e de oposição ao regime”. (1998, p. 48)

Um dos mais importantes desses movimentos foi o que se organizou em torno da questão do custo de vida (Movimento do Custo de Vida – MCV). No seu primeiro encontro, em 1972, o MCV reuniu 46 donas de casa, e poucos anos depois, em 1978, promoveu uma manifestação com mais de vinte mil pessoas na Praça da Sé, em São Paulo, entregando simbolicamente às autoridades um abaixo-assinado contra a carestia com mais de um milhão de assinaturas, o que revelava um processo crescente de politização e estruturação do movimento (Idem, p. 50). Em 1977 foi a vez de os estudantes retornarem à praça pública, com a realização de manifestações e encontros em São Paulo, Brasília e Belo Horizonte nos quais se mesclavam reivindicações específicas da categoria com exigências democráticas. A mobilização culminou com a invasão, em agosto daquele mesmo ano, do campus da PUC de São Paulo, “comandada pelo próprio secretário de Segurança Pública do estado, coronel Erasmo Dias” (Idem, p. 65). Empregando grande violência, as forças policiais “depredaram as instalações físicas da universidade” e feriram



ENQUANTO ISSO...



Generais Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva, os mentores da transição "lenta gradual e segura" para a democracia
Acervo CPDOC/FGV

Com a "abertura", a política volta às ruas
"Quebra-nós", charge de Mayrink
Boletim Abrasco, n. 13, nov.-dez. 1984, p.1
Acervo Abrasco

Policiais jogam bombas de efeito moral e prendem mais de 2 mil alunos em encontro de estudantes da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
São Paulo, 22 set. 1977
Acervo Agência Estado

estudantes, professores e funcionários, provocando a solidariedade e a simpatia de amplos setores da sociedade civil para com as lutas estudantis e as causas democráticas em geral (Idem).

No campo específico da luta sindical e trabalhista, o ano de 1978 foi marcante, com o início de um movimento grevista na região do ABC paulista envolvendo milhares de trabalhadores. Conhecidas como greves dos “braços cruzados, máquinas paradas”, organizaram-se por locais de produção em paralisações de curta duração que tinham como principal ponto de pauta maiores índices de reajuste salarial, o que significava o questionamento da “política salarial e trabalhista da ditadura” (Habert, 2003, pp. 61-62). No ano seguinte se observa um processo de generalização das greves, que passaram a envolver milhões de trabalhadores de várias categorias e de todo o país: além de metalúrgicos, professores, médicos, enfermeiros, lixeiros, cobradores e motoristas de ônibus, bancários, mineiros, trabalhadores da construção civil etc., num total de mais de três milhões de trabalhadores e 430 greves. (Idem) Em torno do movimento grevista organizou-se uma ampla rede de solidariedade da população, principalmente nos bairros populares, com a instituição de fundos de greve para oferecer apoio aos envolvidos no movimento. Assembleias imensas, reunindo mais de cem mil trabalhadores no estádio de Vila Euclides,

Operários em greve ocupam a sede da Scania, no ABC paulista, em maio de 1979

Foto: Luciano Vicione
Acervo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC
Disponível em http://www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=196

Helicóptero do Exército sobrevoa assembleia dos metalúrgicos durante a greve de 1980

Foto: Ricardo Malta
Acervo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC
Disponível em http://www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=243

Durante as greves do ABC surge uma nova liderança política: Luiz Inácio da Silva, o Lula

Foto: Kátia Dotto
Acervo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC
Disponível em http://www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=675



em São Bernardo do Campo, revelaram novas lideranças políticas, como o presidente do sindicato dos metalúrgicos da região, Luiz Inácio da Silva, que se tornou cada vez mais conhecido nacionalmente, sobretudo após a longa paralisação ocorrida em 1980, conhecida como a “greve dos 41 dias”, que “centralizou a atenção de todo o país”. A reação da ditadura foi violenta, com centenas de prisões de trabalhadores e líderes sindicais, intervenção nos sindicatos e cassação das lideranças mais combativas, com o uso de violência policial contra os grevistas, além de demissões, listas negras e pressões de todo tipo (Idem, pp. 62-63).

Entretanto, apesar das reações violentas do regime, o que se observa ao longo dos anos de 1970-1980 é um processo intenso de fortalecimento do movimento social organizado, que, por meio de associações



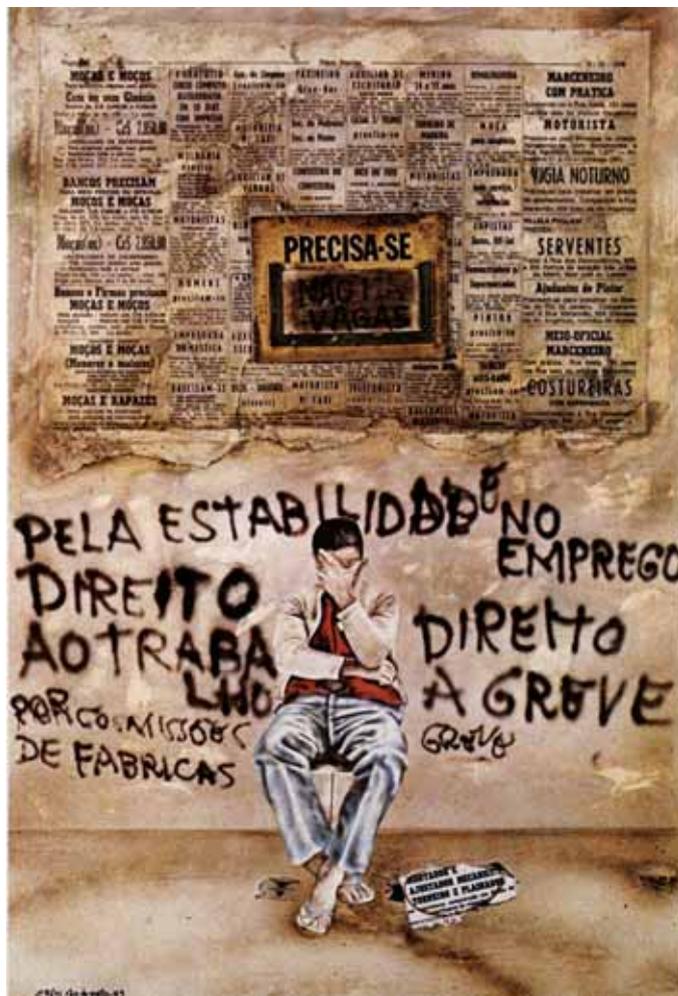
Cartaz produzido em 1979 pelo *artista gráfico* Elifas Andreato em apoio aos metalúrgicos do ABC

Disponível em <http://eduardoski.wordpress.com/page/6/?archives-list&archives-type=cats>

Páginas de *Edição Médica*, órgão oficial da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, denunciando a intervenção decretada pelo governo no Sindicato dos Médicos do Rio, após deflagração de greve pela categoria

Edição Médica, jun. 1981, p. 6-7
Coleção Luiz Roberto Tenório

de moradores e de favelas, de movimentos contra o custo de vida, de organizações estudantis, das comunidades eclesiais de base (CEBs) etc., buscava confrontar o poder constituído, ampliando os espaços de atuação coletiva para além do permitido pelo projeto de *transição controlada*. Evidenciava-se, assim, um forte sentido de associativismo e de mobilização sindical e popular, bem como a presença de uma crescente opinião pública contrária, ao regime militar.





Durante o mês de maio, os médicos do Rio estiveram em greve por três vezes.

A primeira greve, iniciada no dia 28 de abril para acompanhar o movimento nacional, que havia decretado este dia como "Dia Nacional do Protesto", e marcado uma paralisação em todo o País, estendeu-se no Rio até o dia 4 de maio.

Nem mesmo as ameaças do Ministro da Previdência, Iair Soares, pela Imprensa, de demitir aqueles que entrassem em greve assustaram a classe. Os 20 mil médicos dos hospitais estaduais e municipais e do Inamps pararam todos os serviços de ambulatório, atendendo apenas aos casos de emergência.

Na ocasião, o Sindicato dos Médicos do Rio classificou "o processo reivindicatório da categoria como ético porque exige melhores condições para exercer a Medicina, e também denunciou, uma vez que foi amplamente discutido por toda a classe", ao mesmo tempo que considerou "anti-democrática e anti-ética qualquer atitude punitiva que o Governo viesse a tomar".

O acidente com o bonde de Santa Tereza no 1º dia de greve, em que 52 pessoas saíram feridas, serviu para mostrar a organização do movimento e que a greve não tinha a intenção de prejudicar a população. Todos os acidentes foram prontamente atendidos na emergência do Souza Aguiar e 16 ficaram internados.

Nesse mesmo dia 28, foi realizado um ato público em frente à Assembleia Legislativa que José de Paesana levou até a Câmara dos Vereadores, na Cinelândia.

Na assembleia geral da classe, realizada no dia 4 de maio, na ABB, foram apresentadas duas propostas: a continuação da greve, defendida pelos médicos dos hospitais Cardoso Fontes, Pedro Ernesto e outros; e a sua suspensão com prazo para negociações até o dia 11, defendida pelos médicos de Bonsucesso, Lagoa, Souza Aguiar, Ipanema, e Jesus, quando então seria feita outra assembleia, saindo vitoriosa e segunda.

Greve outra vez

Nesta assembleia do dia 11 de maio, no Clube Municipal, cerca de dois mil médicos presentes decidiram entrar novamente em greve a partir do dia 13 por tempo indeterminado, com avaliação marcada para o dia 18, apesar de o Sindicato ter sugerido, como proposta, paralisação apenas nos dias 13 e 14 de junho acompanhando o movimento nacional.

E que, o presidente do Sindicato, Roberto Chabo, levou sido informado que o Governo do Estado negociaria com os médicos, concluindo-lhes 30 por cento de insalubridade e 10 por cento de difícil acesso, além de iniciar o enquadramento definitivo dentro de 45 dias, de acordo com um cronograma a ser fixado pelas entidades.

Essa segunda greve de maio, do dia 13 ao dia 18, teve algumas dificuldades no primeiro dia, principalmente em relação aos Páns Os Páns de Madureira, Ramos, Ilha do Governador e Botafogo funcionando normalmente.

O ato público realizado no dia 15 de maio, na Praça da Cruz Vermelha, terminou com uma passeata que seguiu as ruas Mem de Sá, Riachuelo e Henrique Valadarez. Na frente do jornal O Dia, o Governador Cláudio Freitas, os médicos leram em conjunto a carta que denunciava a situação precária da classe e da assistência à população e gotaram palavras de ordem: "Um, dois, três, Miro e Cláudio no chafiz". O médico esplanado não vai ficar calado.

Assim, a assembleia geral do dia 18, no Clube Municipal, com cerca de três mil médicos, decidiu interromper a greve, enquanto aguardavam a concretização das propostas anunciadas pelo Ministério da Previdência: Elevação de quatro níveis na escala funcional sem modificação da carga horária e gratificação de 20 por cento de insalubridade.

Cumprindo determinação dessa assembleia do dia 18, os médicos se concentraram no dia 22 na frente do Palácio Guanabara para aguardar o resultado da audiência marcada pelo Sindicato dos Médicos com o Governador Cláudio Freitas e divulgar para a população "as precárias condições salariais da classe e mesmo de atendimento à população".

O Governador não recebeu os médicos que decidiram então fazer uma passeata, que seguiu pelas ruas Passaúna, Senador Vergueiro e do Catete até o Largo do Machado, onde em coro leram a "Carta à população".

No dia 27, a assembleia realizada então no Clube Guanabara, votou novamente pela greve, a começar nos dias 5 e 4 de junho, como determinara o movimento nacional, mas estendendo-a por tempo indeterminado.

A classe havia tomado conhecimento através do decreto publicado no Diário Oficial que a gratificação de insalubridade concedida pelo Estado só atingiria aos médicos que trabalhavam com raio X e com doenças infecciosas, ou seja, cerca de 500 médicos, além de terem sido esclarecido que o plano federal a elevação de quatro níveis na escala funcional era só para o nível inicial, o que beneficiaria 36 por cento dos médicos do País. Em 50 de maio a assembleia geral extraordinária, na Federação dos Médicos, aprovou uma de "restrições solidariedade e apoio" às entidades sindicais cujas bases territoriais operaram pela paralisação no organizado do trabalho, nos dias 5 e 4 de junho, dias escolhidos para as manifestações de protesto, em nível nacional.

Na nota, assinada pelo presidente, Charles Naman Damant, a Federação reiterou a disposição de se manter coesa e vigilante, pronta a reverter a nível nacional, de consequência im-



previsões, qualquer atentado de repressão que se viesse a cometer contra os sindicatos médicos ou a qualquer membro da categoria.

Desde o dia 3 de junho, os médicos estão em greve, decisão confirmada nas assembleias realizadas nos dias 9 e 16 por unanimidade. Várias manifestações têm sido realizadas nas proximidades dos hospitais, em frente ao Palácio Guanabara e no Centro da Cidade.

No último dia 17, mais de dois mil médicos se concentraram na porta do Conselho Regional de Medicina para protestar contra a sua intervenção há quase três anos. Foi anunciada, então, a decisão do Tribunal Superior de Recursos dando competência ao Juiz da 8ª Vara Federal, que antes, apesar de se declarar favorável à posse da diretoria desta (chapa) não se julgava não competente para avaliar o mérito da questão.

Depois da manifestação, os médicos fizeram uma grande passeata até a assembleia legislativa, onde realizaram outro ato desta vez contra o não atendimento de suas reivindicações pelas autoridades. Durante todo o percurso, que durou cerca de uma hora e meia, os médicos foram aplaudidos pela população e seguidos com papel picado jogado do alto dos edifícios sempre seguidos de perto por patrulhinhas do 5º Batalhão da Polícia Militar e por um Camarão da Secretaria de Segurança.

A uma nova concentração no Cinecláudio, no dia 19 desta vez em protesto con-

tra as punições pelo Inamps dos seus líderes sindicais, compareceram mais de dois mil médicos. Parlamentares e representantes de entidades médicas e de outras categorias profissionais e de associações de moradores demonstraram em favor do movimento médico e contra as arbitrariedades.

Quinze minutos depois de terminada a passeata, chegaram à Praça Ana Amélia, nas imediações do sindicato, três caminhões com cerca de cem homens com vestes e armados de escudos e cassetetes, mas logo foram embora. Segundo o nome que consultava as operações, eles foram chamados porque a passeata estava demonstrando muito e atrapalhando o trânsito.

Logo depois, dois homens que diziam cumprir ordens superiores invadiram o saguão do prédio do sindicato e apreenderam fotos, cartões, "carta à população" etc., levando tudo numa kombi.

Para mostrar mais uma vez sua disposição ao diálogo com as autoridades, o Sindicato, no dia 26, divulgou uma nota com itens considerados pontos de negociações, a ser apresentada na assembleia geral marcada para o dia 22.

Incluiu esse ponto mínimo de negociações: revogação das punições dos líderes sindicais; extensão a todos os médicos do Serviço Público Federal da elevação de três níveis no Plano de Classificação de Cargos; a concessão apenas daqueles "em início de carreira"; a etifi-

cação dos médicos precários, através de lei especial; a unificação da carga horária, possibilitando a todos o acesso ao nível 5º no final de carreira; a realização de um novo concurso para o Inamps em substituição ao que foi realizado anteriormente; e a divulgação pelo Governo Estadual de um cronograma para o enquadramento definitivo dos médicos nas classes C, B e especial.

Como tentativas para evitar uma intervenção no sindicato, fez-se ao dentro do Ministério do Trabalho envolvendo o estado de greve, o assessor jurídico do sindicato, Celso Soares procurou o assessor do Ministério, Alencar Rossi, informando-lhe dos primeiros passos para o reinício das negociações, ou seja, que o sindicato havia procurado o Ministro Iair Soares para lhe mostrar sua disposição de negociar em torno de uma pauta mínima aceita pela categoria nesse momento.

Ainda no mesmo dia, representantes dos sindicatos de Médicos Residentes, e associações médicas reunidas na Federação Nacional dos Médicos, decidiram realizar um "Dia Nacional de Protesto" ainda este mês, em repúdio às punições aplicadas pelo Inamps no Rio, caso os mesmos não sejam revogadas.

A SMCR enviou carta ao Sindicato solidarizando-se com os direitos punidos e telegramas ao Ministro Iair Soares e ao presidente do INAMPS; Hauri Graceli, protestando "contra a medicina perpetrada contra líderes sindicais" e solicitando sua "mediata revogação".



TA CONTINUA

A “distensão controlada” do general Figueiredo

“É para abrir mesmo, quem quiser que não abra eu prendo e arrebento.”

João Batista Figueiredo, presidente do Brasil (1979-1985)

“Quando vi todo mundo na rua de blusa amarela
Eu achei que era ela puxando o cordão
Oito horas e danço de blusa amarela
Minha cabeça talvez faça as pazes assim
Quando ouvi a cidade de noite batendo as panelas
Eu pensei que era ela voltando pra mim”

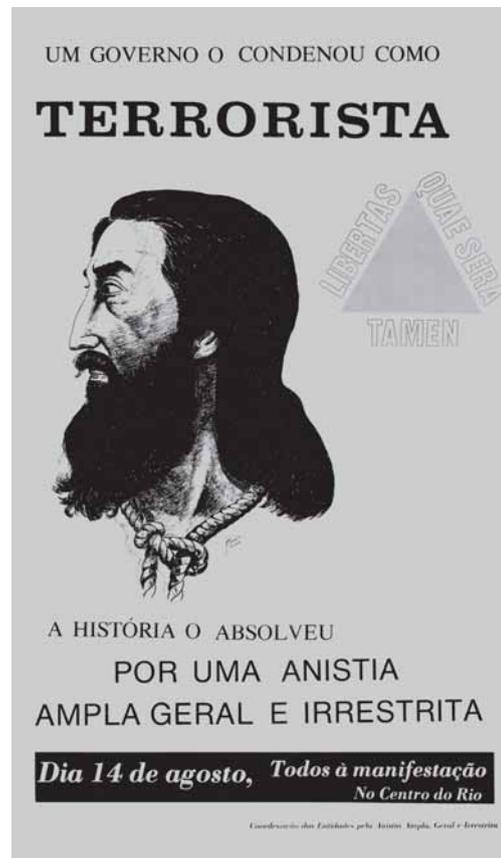
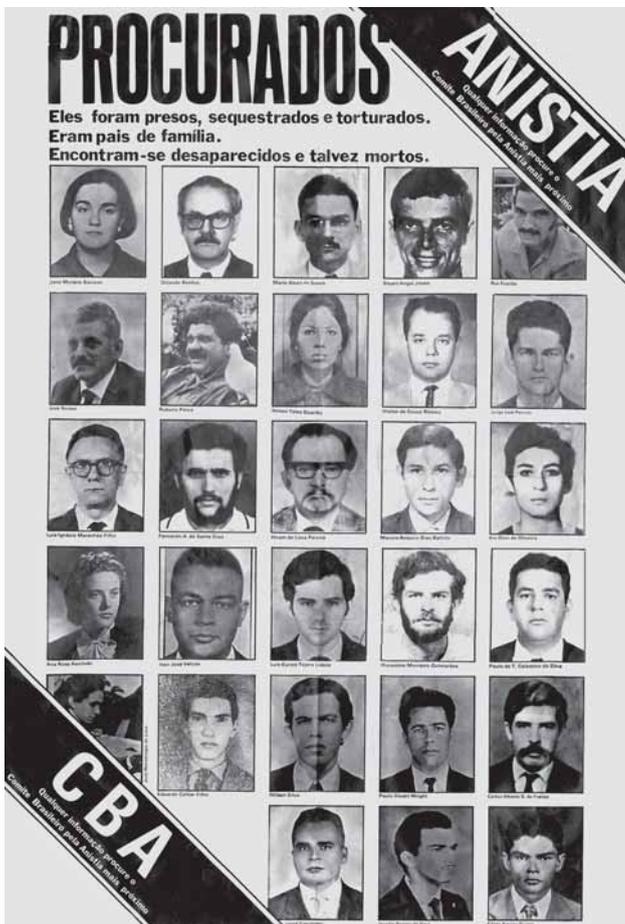
Chico Buarque

Em março de 1979, em um quadro de agravamento da crise econômica e pressionado pelo fortalecimento do movimento social e sindical, assume como presidente da República o general João Batista Figueiredo, ministro-chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI) no governo Geisel, com o compromisso de dar continuidade à estratégia de *transição controlada* do seu antecessor. Dois momentos importantes desse processo de abertura podem ser identificados ainda no primeiro ano de seu mandato,



com o envio ao Congresso dos projetos, devidamente aprovados, de reformulação partidária e de anistia política. O primeiro deles acabava com o bipartidarismo instituído pelos militares em 1965 por meio do ato institucional n. 2 (AI-2) e que vinha dando mostras de não mais se adequar aos interesses do regime desde o crescimento da oposição partidária, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), nas eleições para deputados e senadores de 1974. Por sua vez, a Lei de Anistia, promulgada em agosto de 1979, gera intensa polêmica e causa grande insatisfação nos setores democráticos de oposição, que a reivindicavam em campanhas populares desde, pelo menos, 1975 como “ampla, geral e irrestrita”. A anistia aprovada apresentava, no entanto, muitas limitações, “excluindo dos seus benefícios os condenados por ‘práticas de crime de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal’”. (Lemos, 2000, p. 295)

Por outro lado, sob o argumento jurídico do princípio da reciprocidade e do combate ao revanchismo, a lei anistiava os militares envolvidos em torturas, assassinatos e atos questionáveis praticados em nome do governo e das forças armadas. Momento tenso vivido pelo governo Figueiredo foi o episódio do atentado no centro de convenções Riocentro, no Rio de Janeiro, durante um evento musical comemorativo



O presidente João Batista Figueiredo com o presidente da Fiocruz, Guilardo Martins Alves, durante visita à instituição em 1981

Acervo Coordenação de Comunicação Social/Fiocruz

Ato público pró-anistia realizado na Cinelândia, centro do Rio de Janeiro, em julho de 1979

Acervo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

Cartazes produzidos por entidades ligadas à luta pela anistia

Acervo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

do Dia do Trabalhador organizado pelo Centro Brasil Democrático (Cebrade). Os grupos militares de extrema-direita programaram a explosão de várias bombas durante a realização do show, frustrada pela explosão de uma delas no carro em que se encontravam um sargento e um capitão do Exército envolvidos no atentado. Demonstrando falta de vontade política para combater o terrorismo militar, Figueiredo aceitou a farsa da montagem de um inquérito que “claramente procurava ocultar a verdade dos fatos”, provocando a renúncia do chefe da Casa Civil, general Golbery do Couto e Silva, um dos principais estrategistas do projeto de abertura, e sua substituição por um ministro que afirmava ser “a injustiça preferível à desordem”. Aquino *et al*, 2000, p. 776)

Enquanto isso, em junho de 1983, ocorre em Goiânia a primeira manifestação popular em favor das eleições diretas, como uma espécie de balão de ensaio do PMDB, que se surpreende com as cinco mil pessoas que lotam o ginásio de esportes da cidade. No mesmo ano, enquetes de opinião pública revelam o grande interesse da população pelas eleições diretas para presidente (Rodrigues, 2002, pp. 30-31). No dia 27 de novembro de 1983, PMDB, PT, PDT e mais a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Congresso das Classes Trabalhadoras (Conclat), a União Nacional dos Estudantes (UNE), “num total de aproximadamente setenta entidades”, organizam o primeiro grande ato público em defesa das eleições diretas, na praça Charles Muller, “em frente ao estádio do Pacaembu, em São Paulo”, reunindo aproximadamente dez mil pessoas (Idem, p. 37).

Em 12 de janeiro de 1984 é a vez de a manifestação na Boca Maldita, em Curitiba, reunir entre trinta e cinquenta mil manifestantes. Em 25 de Janeiro de 1984, dia da fundação da cidade de São Paulo, trezentas mil pessoas ocupam a Praça da Sé, num comício com seis horas de duração, no qual artistas, jogadores de futebol, personalidades e lideranças políticas se revezam no palco, o que passa a constituir uma marca registrada dos comícios seguintes. O governo reage procurando desqualificar os comícios, atribuindo a presença em massa do público aos eventos musicais comandados por artistas famosos (Napolitano, 1998, p. 96). Daí por diante os comícios se espalham por todo o país, ganhando de vez os corações e mentes dos brasileiros. Transformam-se numa verdadeira festa cívica pela democracia, em que se juntam discursos políticos, músicas de protesto, execuções do hino nacional, uso do verde e do amarelo, que se tornou simbolicamente a cor da campanha das diretas, bandeiras vermelhas dos partidos de esquerda, cartazes e dizeres bem humorados, enfim, *irreverências mil*, como na letra-hino da canção da anistia, *O bêbado e a equilibrista*.

Com efeito, mais do que simples atos públicos, o movimento pelas “Diretas já”, como ficou conhecido, reinventou o espaço da política trazendo para ele novos atores e personagens, e a alegria e criatividade da festa popular. No Rio de Janeiro, um imenso comício em 10 de abril de 1984 reúne cerca de um milhão de pessoas na Candelária, num verdadeiro “carnaval da democracia” (Napolitano, 1998, p. 97). Seis dias depois é

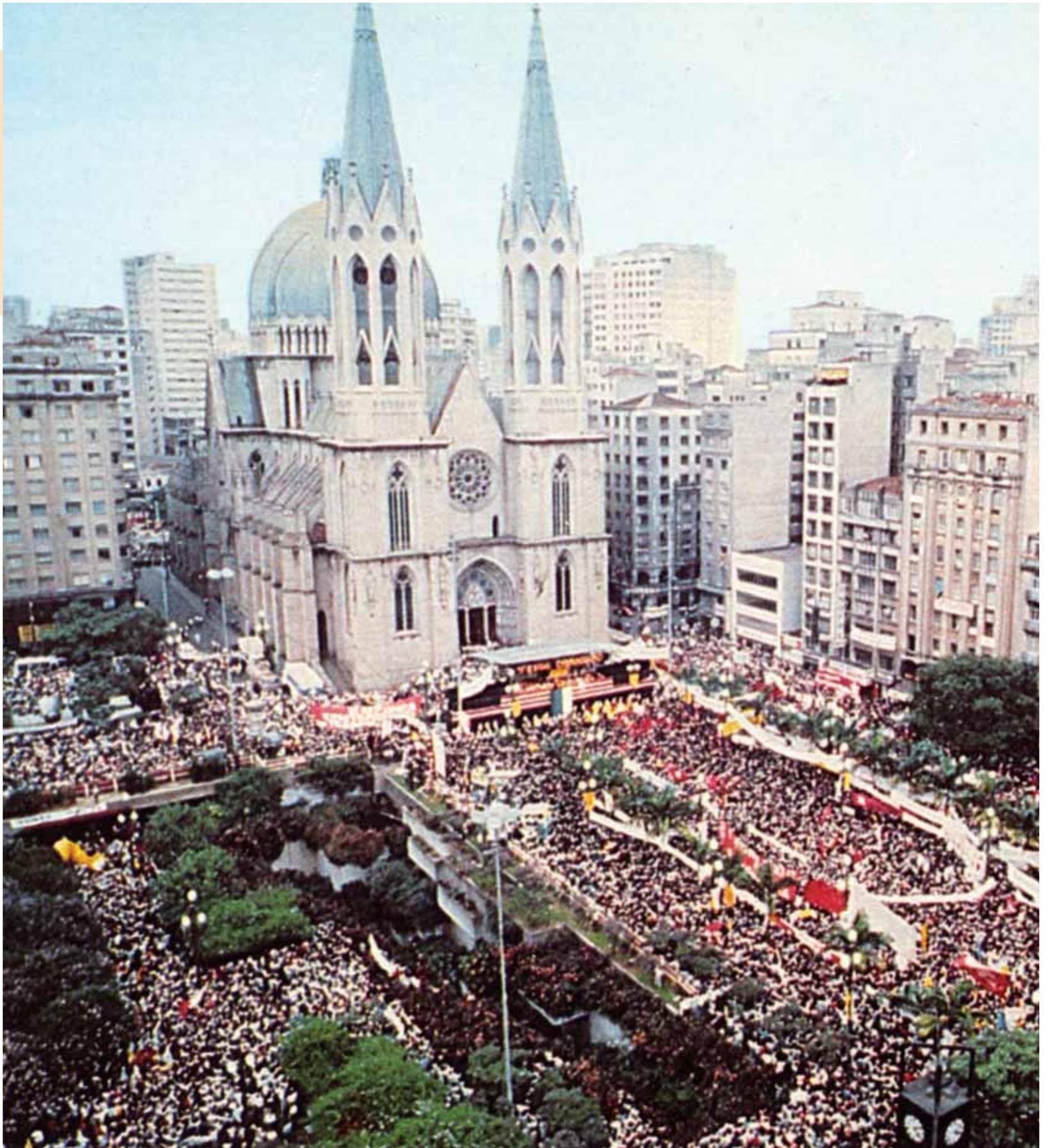
Carro com o sargento
Guilherme Pereira do
Rosário, morto durante o
atentado no Riocentro

Foto: Vidal da Trindade
Acervo Agência JB

Manifestantes reunidos
na Praça da Sé, em São
Paulo, reivindicam eleições
diretas para presidente da
República. São Paulo, 25
jan. 1984

Acervo CPDOC/FGV





O comício da Candelária foi um dos maiores da campanha das diretas. Rio de Janeiro, 10 abr. 1984

Foto: Ricardo Chaves
Acervo CPDOC/FGV

Ato pelas diretas realizado em São Paulo, em 16 de abril de 1984. Da esquerda para a direita: Luís Inácio Lula da Silva (1°), Ulysses Guimarães (2°), Orestes Quércia (4°), Leonel Brizola (5°), Franco Montoro (6°), Tancredo Neves (7°), o locutor Osmar Santos (8°) e Fernando Henrique Cardoso (9°)

Foto: Ariovaldo dos Santos/
Agência JB



seguido pelo de São Paulo, no vale do Anhangabaú, que reúne um contingente ainda maior, estimado em um milhão e quinhentas mil pessoas. No dia 18 de abril de 1984, poucos dias antes da votação da emenda Dante de Oliveira, que restabelecia as eleições diretas para a Presidência da República, o presidente Figueiredo impôs, por meio do decreto n. 89.566, as *medidas de emergência* que proibiam concentrações públicas e estabeleciam a censura prévia dos meios de comunicação, além de outras ações restritivas. Com validade de sessenta dias, as medidas abrangiam a capital federal e vários municípios do estado de Goiás, possuindo evidente intenção coercitiva e intimidadora da mobilização popular. Na véspera da votação, atendendo ao chamado do comitê pró-diretas, a população promove um *panelaço* nas principais cidades do país. Finalmente, no dia 25 de abril, alguns pontos simbólicos importantes dos grandes centros urbanos são ocupados pela população, que empreende uma vigília cívica durante a madrugada para acompanhar a votação que transcorria num clima tenso em Brasília, em razão das medidas de emergência e do forte esquema policial militar montado pelo governo, com o cerco do Congresso por tropas militares e a dissolução das manifestações a “golpes de cassetete e bombas de gás lacrimogêneo” (Aquino *et al*, 2000, p. 786). Na contramão da vontade popular, a emenda foi rejeitada, recebendo 298 votos a favor, 65 contra, com 3 abstenções e 113 depu-

tados ausentes. Ficaram faltando exatos 22 votos para a obtenção do quórum mínimo necessário de dois terços. A frustração da população foi imensa, mas o clamor cívico das “Diretas já”, apontado por muitos como a maior mobilização popular da história brasileira (Carvalho, 2003, p.188), revelava a presença no Brasil de uma nova sociedade civil, plural e participativa, que não aceitava mais ser tutelada pelos militares, apresentando-se como sujeito coletivo da história

Assim, embora a emenda tenha sido derrotada no Congresso, a mobilização que antecedeu sua votação favoreceu o estabelecimento de articulações políticas que levaram



Manifestantes cantam o hino nacional nas galerias da Câmara dos Deputados no dia da votação da emenda Dante de Oliveira. Brasília, 25 abr. 1984

Foto: André Dusek/Agência Agil Fotojornalismo Acervo CPDOC/FGV

Encontro de formalização da Aliança Democrática. Da esquerda para a direita, em primeiro plano: Aureliano Chaves, Ulysses Guimarães, José Sarney, Tancredo Neves e Iris Rezende. Em segundo plano, atrás de Ulysses Guimarães, Franco Montoro. Brasília, 7 ago. 1984

Foto: Luciano Andrade/Agência JB Acervo CPDOC/FGV

Tancredo Neves, acompanhado de sua esposa Risoleta Neves, após ser eleito presidente da República pelo Colégio Eleitoral. Brasília, 15 jan. 1985

Acervo Agência Estado







O coração do Brasil bate nas ruas: a luta pela redemocratização do país

à vitória, no Colégio Eleitoral, da chapa de oposição ao governo conhecida como Aliança Democrática, fruto de um acordo político entre o PMDB e a FrenteLiberal, dissidência do PDS, partido do governo. Não sem percalços, a vitória do

candidato da Aliança Democrática Tancredo Neves sobre o governista Paulo Maluf, nas eleições indiretas de 15 de janeiro de 1985, expressava a volta do poder político aos civis 21 anos depois do golpe militar. Com efeito, artimanhas da história, Tancredo Neves no dia de sua posse revelou ao país a doença que o impediria de assumir a presidência da República e o levaria à morte em abril de 1985. Coube então ao vice José Sarney, político anteriormente envolvido com o regime militar, a tarefa de dar continuidade ao processo de consolidação da democracia no país. Diante desse quadro político, marcado por uma frágil base de apoio e pela necessidade de angariar legitimidade, ao novo governo se impôs a urgência de negociar com as diversas forças políticas que haviam combatido a ditadura – sem esquecer do delicado entendimento com os próprios militares –, determinando então que novos atores políticos assumissem certas posições de governo, incluindo-se nesse caso o importante campo da saúde pública no Brasil.

Posse de José Sarney na presidência da República. Brasília, 15 mar. 1985

Foto: Reginaldo Manente
Acervo Agência Estado

7

Nota

Devo o título “O coração do Brasil bate nas ruas” à frase pinçada do livro *O regime militar brasileiro, 1964-1985*, do historiador Marcos Napolitano, citado na bibliografia. Este livro mais o de Habert e de Rodrigues serviram de base para a elaboração deste texto.

Referências bibliográficas

FAQUINO, Rubim Santos Leão de *et al.*, Rio de Janeiro:Record, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil, o longo caminho*, Rio de Janeiro:Civilização Brasileira, 2003.

FONTES, Virgínia e MENDONÇA, Sonia Regina. *História do Brasil recente 1964-1992*. São Paulo: Ática, 2004.

HABERT, Nadine. *A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira*. São Paulo: Ática, 2003.

LEMOS, Renato. “Anistia e crise política no Brasil pós 1964” in: *Topoi*, Rio de Janeiro, 2000, p. 295.

NAPOLITANO, Marco. *O regime militar brasileiro, 1964-1985*. São Paulo: Atual, 1998.

RODRIGUES, Alberto Tosi. *Diretas já: o grito preso na garganta*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). *O Brasil republicano – o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. A modernização autoritária: do golpe militar à redemocratização, 1964-1984. In: LINHARES, Maria Yeda (Org.). *História geral do Brasil*. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.